Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

# DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 7662/2019

| | |
|---|---|
| **PROCESSO TC/MS** | : TC/24103/2017 |
| **PROTOCOLO** | : 1865736 |
| **ÓRGÃO** | : AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL - AGEPREV |
| **RESPONSÁVEL** | : JORGE OLIVEIRA MARTINS |
| **CARGO DO RESPONSÁVEL** | : DIRETOR-PRESIDENTE |
| **ASSUNTO** | : TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA REMUNERADA |
| **INTERESSADO** | : VALTER ROBERTO DA SILVA |
| **RELATOR** | : CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO |

**ATO DE PESSOAL. TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA REMUNERADA *EX-OFFICIO.* PROVENTOS INTEGRAIS. REGULARIDADE. REGISTRO.**

## DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme determina o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, do ato de transferência para a reserva remunerada, *ex-officio,* com proventos integrais, do 3° Sargento PM Valter Roberto da Silva, matrícula n. 52142021, da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, constando como responsável o Sr. Jorge Oliveira Martins, diretor-presidente da Ageprev.

A Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária (DFAPGP) por meio da Análise ANA - DFAPGP - 3352/2019, manifestou-se pelo registro da presente transferência *ex-officio.*

O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR - 4ª PRC - 10611/2019, opinando favoravelmente pelo registro do ato em apreço.

## DA DECISÃO

A documentação relativa à presente transferência para a reserva remunerada resultou completa e sua remessa a este Tribunal foi tempestiva, conforme definido no Anexo V, Seção 2, item 2.1 da Resolução n. 54, de 16 de dezembro de 2016, vigente à época.

A transferência para reserva remunerada, *ex-officio,* com proventos integrais, foi concedida por meio do Decreto “P” n. 4.766/2017, e publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul n. 9.506, de 3/11/2017, com fundamento no art. 42 da Lei Estadual n. 3.150, de 22/12/2005.

Analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da presente transferência atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da DFAPGP e o parecer ministerial, e com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, **DECIDO**:

1. pelo **registro** do ato de transferência para a reserva remunerada, *ex-officio,* com proventos integrais, do 3° Sargento PM Valter Roberto da Silva, matrícula n. 52142021, da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, II da LCE n. 160, de 2 de janeiro de 2012;

2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, conforme o disposto no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76, de 11 de dezembro de 2013.

Campo Grande/MS, 05 de junho de 2019.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**
**Relator**

sroc